



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

1ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 16 DE SETEMBRO DE 2010

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Evaristo Carvalho

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Celmira Sacramento

Deolindo da Mata

Sebastião Pinheiro

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 11 horas e 40 minutos.

O Sr. Primeiro-Ministro (Patrice Trovoada) apresentou o Programa do XIV Governo Constitucional, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 219.º do Regimento da Assembleia Nacional.

No período de pedidos esclarecimentos, intervieram os Srs. Deputados Delfim Neves

(PCD), José Viegas (MLSTP/PSD) e Idalécio Quaresma (ADI).

No debate, usaram da palavra, além do Sr. Primeiro-Ministro (Patrice Trovoada), os Srs. Deputados Levy Nazaré (ADI), Maria das Neves (MLSTP/PSD), Elsa Pinto (MLSTP/PSD), Hélder Menezes (MDFM/PL) e Albertino Bragança (PCD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 14 horas.

O Sr. **Presidente**: — Sr^{as}. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 11 horas e 40 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adérito de Oliveira **Bonfim** dos Ramos
Adilson Cabral **Managem**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
André Varela **Ramos**
Bilaine **Carvalho** de Ceita
Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Cecílio **Quaresma** da Graça do Sacramento
Celmira de Almeida do **Sacramento**
Domingos José da Trindade **Boa Morte**
Domitília Portulêz Trovoada da **Costa**
Evaristo do Espírito Santo **Carvalho**
Flávio Pires Mascarenhas **dos Ramos**
Idalécio Augusto **Quaresma**
Izabel Mayza Jesus da Graça **Domingos**
José da Graça **Diogo**
José António do Sacramento Miguel
José Manuel M. Costa Alegre
Júlio **Smith** Lima
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça José Narciso
Mário **Fernandes**
Martinho da Trindade **Domingos**
Octávio da Costa de **Boa Morte** Fernandes
Paulo Jorge de Carvalho
Roberto Patrício das Neves **Lombá**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adlander Costa de **Matos**
Alcino Martinho de Barros **Pinto**
António da Trindade Afonso **Ramos**
António **Monteiro** Fernandes
António das Neves Sacramento **Barros**
Arlindo **Barbosa** Semedo
Carmelita de Lima **Taraveira**
Danilo **das Neves** dos Santos
Deolindo Luís da Trindade **da Mata**
Dionísio **Fernandes** Leopoldino
Domingos **Monteiro** Fernandes
Elsa Maria d'Alva Teixeira **Pinto**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d'Alva
Guilherme **Octaviano** Viegas dos Ramos
Hélder **Afonso** da Costa das Neves
Jerónimo Lima Pires **Quaresma**
José da Graça Viegas **Santiago**
Manuel da Cruz **Marçal** Lima
Manuel **Martins** Quaresma
Maria **das Neves** Ceita Batista de Sousa
Silvíia **Ambrósio** Gil do Espírito Santo

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino Homem dos Santos Sequeira **Bragança**
Delfim Santiago das **Neves**
Filomena Maria de F. Dias Xavier de Pina dos Prazeres

Firmino João Raposo
Francisco da Silveira Rita
Maria Edite Salvaterra Pinto
Sebastião Lopes Pinheiro

Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL):

Hélder Cravid Bonfim Menezes

Esta segunda parte da nossa sessão tem como objectivo apresentação e apreciação do Programa do XIV Governo Constitucional. Como consta no Boletim Informativo, este trabalho tem como primeiro ponto a declaração do Sr. Primeiro-Ministro, o segundo ponto pedidos de esclarecimentos dos Srs. Deputados e no final entraríamos nos debates. Posto isto, convido o Sr. Primeiro-Ministro a fazer a sua intervenção.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Patrice Trovoada): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, Excelências: Quero, em primeiro lugar, em nome do XIV Governo Constitucional, saído das eleições legislativas de 1 de Agosto de 2010, que tenho a honra de chefiar, e no meu próprio, exprimir-vos as nossas mais sinceras felicitações e os nossos sentimentos de respeito para com esta magna Assembleia que inaugura a IX Legislatura e desejar muitas felicidades e êxitos a cada um dos seus ilustres membros, no desempenho das suas funções de Deputado e de representante de todos os são-tomenses.

Em segundo lugar, quero felicitar S. Ex.^a o Sr. Evaristo Carvalho pela sua eleição ao cargo de Presidente desta augusta Assembleia. Essa eleição constitui, por si só, um importante sinal de que o Governo não deixará de integrar a sua postura e no entendimento que tem da postura da oposição. O Governo está convencido, Sr. Presidente, de que encontrará sempre na pessoa de V. Ex.^a a lealdade institucional, a devoção total à nobre causa da defesa do interesse nacional e a posição firme de um democrata convicto, responsável e corajoso que ao longo de toda a sua vida demonstrou ser. Por isso, sentimo-nos honrados por estar aqui hoje para apresentar o Programa deste XIV Governo Constitucional da República.

Minhas senhoras e meus senhores, é no respeito escrupuloso pelos imperativos constitucionais que estamos aqui perante vós, para apresentar o Programa que o Governo pretende levar a cabo nos próximos 4 anos, que coincide com o fim da vossa Legislatura.

Excelências, permitam-me, antes de mais, tecer algumas considerações preliminares, para situar o propósito do nosso Programa, para que todos entendam plenamente todo o seu sentido e todo o seu alcance. Com efeito, mudar São Tomé e Príncipe é hoje um desígnio colectivo que ultrapassa as fronteiras ideológicas e político-partidárias e assume-se como uma condição *sine qua non* para a garantia da coesão social e, quiçá, da própria independência nacional. Na verdade, os são-tomenses são hoje unânimes em considerar que, atendendo ao estado actual de degradação que o País atingiu, deixar tudo como está ou continuar tudo como sempre aqui se fez, é assumir um percurso seriamente comprometedor para o nosso destino colectivo.

Os resultados saídos do último pleito eleitoral são a prova desta profunda vontade de mudar. No entanto, mudar implica coragem, esforço, sacrifício e, no nosso caso, prioritariamente, o combate à corrupção, às injustiças e aos privilégios excessivos de que gozam injustificadamente aqueles que detêm uma franja do poder, bem como aqueles que estão próximos deles.

O Governo assume, por isso, o compromisso solene de protagonizar, com bastante humildade, mas com firmeza, sem receios nem rodeios, este propósito de mudança tão almejado pelos são-tomenses. Estamos, porém, convictos que essa mudança só será possível se nós, dirigentes políticos, formos capazes de assumir também a mudança das nossas próprias atitudes na esfera pública, adoptando comportamentos que se traduzem na boa governação e que concorrem para a melhoria da imagem interna e externa do País, pois só assim será possível todas as forças vivas da Nação e os tradicionais e novos parceiros de cooperação mobilizarem-se para a causa do desenvolvimento do nosso país.

Como dirigentes políticos, hoje mais do que nunca temos o dever cívico e ético de tudo fazer para recuperar a nossa credibilidade enquanto condição para resgatar a confiança dos cidadãos e da comunidade internacional. Daí que o momento presente, que coincide com o início de uma nova Legislatura da Assembleia Nacional, deve traduzir-se na promoção da concórdia, numa sã convivência das diferenças políticas, do reconhecimento do outro e no respeito pela vontade popular como meios para alcançar a necessária estabilidade. Sem estabilidade, estaríamos mais uma vez a atrasar a saída da crise, da miséria, a prolongar o sofrimento da maioria do povo são-tomense e a fazer pairar uma grande incerteza sobre o nosso futuro comum. A estabilidade que desejamos e que clamamos não se confunde, de modo algum, com a passividade. Pretendemos uma estabilidade republicana, democrática e constitucional, onde cada um desempenha o seu papel dentro dos limites das normas constitucionais estabelecidas e num espírito de bem servir a Pátria que a todos nós pertence.

Estamos profundamente convencidos de que somente com trabalho abnegado, movido pela vontade de servir, bom senso e busca permanente de soluções concretas, lograremos a melhoria das condições de

vida da grande maioria da nossa população. Ouvindo as declarações provenientes dos mais diversos quadrantes políticos nacionais, que apelam para consensos inteligentes quando estão em jogo o bem e o futuro da Nação, depositamos nelas toda a nossa esperança, aguardando que elas encontrem rapidamente uma tradução prática e concreta, porque o tempo urge.

Estamos convencidos de que as condições estão reunidas para implementarmos o nosso Programa com a necessária contribuição e enriquecimento das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados.

Soluções e respostas aos problemas concretos da Nação, melhorias, boa-fé, diálogo e honestidade são atitudes que os são-tomenses de Caué a Pagué esperam de nós, sem, no entanto, exigir que cada órgão de soberania e os autores políticos tenham de abdicar das suas prerrogativas constitucionais ou legais.

Excelências, similitudes com programas de governos anteriores existem naturalmente, mas há igualmente diferenças. Isto compreende-se, por um lado, porque há uma continuidade de Estado e os problemas permanecem os mesmos na sua globalidade e, por outro, porque a deficiente solução dos problemas de ontem e o seu adiamento criaram novos problemas.

Os exemplos abundam, as decisões adiadas não são só os problemas de amanhã, como multiplicam os custos de hoje.

O actual Governo assumiu as suas funções num ambiente extremamente paradoxal. De um lado denota-se um profundo descontentamento social e, do outro, uma grande expectativa de uma mudança e de dias melhores.

Temos plena consciência da gravidade da situação em que vivemos hoje, da delicadeza da nossa missão e dos esforços que devem ser rapidamente consentidos para travar e depois inverter a situação. A colaboração de todos, sem excepção, é por isso desejável, senão obrigatória.

O momento presente deve irremediavelmente traduzir-se na procura de amplos consensos sobre as grandes causas nacionais, na necessária colaboração entre os órgãos de soberania, em suma, na assumpção por todos e cada um de nós das suas responsabilidades.

Para responder a esses anseios, o Programa do XIV Governo Constitucional desenvolve-se em torno de quatro eixos essenciais: a credibilização da classe dirigente para uma boa governação; o crescimento económico, para mais e melhores empregos; organização e coesão nacional, para uma melhor inclusão, e inserção estratégica do País, reforço da autoridade do Estado, para maior segurança interna e externa.

O Governo está consciente que a promoção da boa governação e do crescimento económico são premissas fundamentais para criar riquezas, combater a pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentado. Por isso, só com um São Tomé e Príncipe organizado e coeso se pode tirar melhor partido das oportunidades susceptíveis de propiciar o crescimento e só com o reforço da autoridade do Estado se pode pôr cobro à corrupção e à impunidade que grassam o nosso país e às demais ameaças que minam as suas hipóteses de desenvolvimento.

O Programa do Governo, ao assumir esse nobre propósito de mudar São Tomé e Príncipe pretende, de forma realista e gradual, colocar o País na senda do desenvolvimento, mediante a adopção de todo um conjunto de medidas que concorrem para alcançar tal desiderato.

É também nosso entendimento que a questão não está apenas no âmbito e no sentido das medidas e muito menos no volume de capital que se investirá na solução do problema. O estilo de governação, o exemplo que deve sempre vir de cima e que deve ser permanentemente dado por aqueles que têm o privilégio de governar os outros, o modo como os governantes assumem a sua quota-parte nos sacrifícios que são incessantemente solicitados aos trabalhadores e aos são-tomenses constituem uma parte significativa e até mesmo determinante do Programa do Governo.

O Governo assume a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza como um documento reitor de toda a sua política e implementará no quadro do seu mandato todas as acções nela inseridas.

No que respeita aos objectivos do milénio, o Governo prosseguirá as acções no sentido de anular os atrasos registados até então, de modo que São Tomé e Príncipe possa integrar, em 2015, a lista dos países que alcançaram essas novas aspirações humanas.

Daí que na vertente da boa governação, que passa pela credibilização dos dirigentes e seu posicionamento ao serviço das populações, particularmente as mais vulneráveis, mediante a adopção de medidas urgentes com o fito de aliviar as suas carências mais prementes, uma aposta firme será feita na modernização da Administração Pública e no combate à corrupção e à impunidade.

A actuação de todos os agentes do Estado, sejam quais forem os órgãos e as instituições a que pertencem, será pautada por uma total transparência e por uma fiscalização permanente dos órgãos competentes com a consequente responsabilização dos infractores. Sempre que identificados, o culpado será justa e sistematicamente sancionado.

Aplausos do ADI.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, parece pois pertinente que o Governo proceda à revisão da legislação relativa à contratação pública, para que os necessários ajustes tenham lugar e o controlo possa cumprir a sua função preventiva.

O Governo retomará o processo de adesão à iniciativa sobre a transparência nas indústrias extractivas, vulgarmente conhecida por EITA.

No plano internacional, o Governo adoptará como lema o princípio da precaução, agindo com a máxima prudência na solução dos compromissos, e primará pelo seu rigoroso cumprimento. O Governo procederá ao redimensionamento e reposicionamento da rede diplomática e consular do País, numa perspectiva de optimização dos recursos e eficácia dos resultados. Porque a boa governação e a credibilidade governativa passam também pela qualidade das instituições do Estado e dos seus recursos humanos, o Governo pretende levar a cabo uma reforma gradual do Estado e do poder local. O propósito é de melhorar significativamente a sua capacidade de resposta às inúmeras solicitações das populações, reduzir o esforço entre os governantes e os governados. Para o efeito, será criado um conselho nacional para reforma do Estado. Para além disso, será levado a cabo uma ampla reforma legislativa no domínio dos Registos e Notariado, bem como no que respeita às leis substantivas e processuais, respeitando as mais diversas áreas das relações sociais e jurídico-económicas.

O Governo considera prioritário e, por conseguinte, alargará e melhorará a informatização da Administração Pública, mas a boa governação e a credibilidade governativa está também ligada à luta contra a corrupção e a impunidade e essa luta só poderá ser efectiva se os governantes e governados se dispuserem, no quadro da formação, para apreenderem efectivamente o problema e a subtilidade das suas formas mais nocivas, se os governantes e governados tiverem garantia de uma segurança alimentar, se todos eles tiverem acesso a um sistema de saúde de qualidade, se tiverem acesso a um ensino e educação de qualidade para todos.

O Governo proporá à Assembleia Nacional, a seu devido tempo, a revisão e clarificação dos diplomas em vigor relativos a imunidades e incompatibilidades. De igual modo, será instituído um centro de informação jurídica, bem como o País aderirá a todos os instrumentos internacionais de luta contra a criminalidade transnacional e organizada.

Excelências, essas são algumas das acções que constam do Programa do Governo e que simplesmente inscrevem-se num conjunto basilar de acções e medidas. Elas não são necessariamente consumidoras de grandes recursos financeiros, mas irão decorrer fundamentalmente da vontade política firme, coerente, determinada e da colaboração efectiva de todos os poderes instituídos, para que se altere algumas práticas instaladas, se ponha fim aos desperdícios sobre as suas mais variadas formas e se crie condições para o crescimento económico sustentado e participado no nosso país.

Na vertente do crescimento económico, o Governo aposta na revalorização do sector primário da economia, no conhecimento e no acesso às novas tecnologias como alavanca essenciais do crescimento na criação das bases para o desenvolvimento. Merece destaque nessa vertente uma gestão mais eficaz das finanças públicas com amplo propósito de optimizar recursos do Estado e transmitir a confiança aos investidores, quer interno quer externos, bem como aos doadores. Serão eliminados os desperdícios que se traduzam em perdas flagrantes de oportunidades e realização de investimentos sumptuosos ou de meros confortos em detrimento absoluto dos investimentos úteis e produtivos. Nesta perspectiva, será introduzida uma abordagem programática na elaboração do Orçamento Geral do Estado, visando a passagem de uma gestão centrada nos recursos com uma lógica de resultados, isto é, de impacto na vida das pessoas.

No domínio das finanças públicas, merecerão ainda particular atenção do Governo a problemática do endividamento externo, as prioridades ao nível das despesas públicas e a política tributária. Os impostos têm de ser justos, mas têm de ser pagos por todos e de servir para fazer crescer os são-tomenses.

A luta contra a evasão e fraudes fiscais será outra frente de combate do Governo e serão prosseguidas as reformas em curso de modo a alcançar-se uma maior produtividade e um maior incentivo para actividades económicas. As finanças locais serão igualmente objecto de atenção do Governo, de modo que elas possam corresponder a missão que está incumbida às colectividades locais. Porque não pode haver crescimento económico sem o sistema financeiro dinâmico, inovador, moderno e eficaz, reformas serão encetadas nesse sector, de modo que ele possa cumprir cabalmente o seu papel. Para um país que vive essencialmente de ajuda internacional, impõe-se que sejam adoptados mecanismos que permitam uma melhor captação e gestão das mesmas. A revalorização do sector primário da economia será outra aposta com particular incidência para a agricultura, a floresta e a pecuária. Neste âmbito, o Governo procederá à revisão da legislação fundiária, ao aumento da oferta de serviço de assistência técnica aos pequenos e médios agricultores, ao aperfeiçoamento dos circuitos de comercialização, bem como incentivará a criação das cooperativas de produção agrícola. Para o reforço dessas actividades, o Governo entende adoptar um sistema de micro-crédito que sirva o interesse de fomento de agricultura e do desenvolvimento rural, bem como uma instituição de sustentação para o financiamento do sector agrícola em geral.

No que diz respeito às Pescas, o Governo entende criar um centro de pesca semi-industrial na Região Autónoma do Príncipe. O sector será adoptado de equipamentos e instrumentos necessários a uma melhor planificação das suas intervenções, controlo e gestão dos recursos existentes na nossa Zona Económica Exclusiva. O Governo entende igualmente nesse sector aumentar a capacidade de captura da pesca artesanal e melhorar a segurança durante a faina.

No domínio das Florestas, o Governo procederá a um combate sem cartel contra o abate ilegal de árvores, reforçando a fiscalização e incentivando a importação de madeiras brutas em quantidades e qualidades necessárias a um custo suficientemente concorrencial para dissuadir a prática dos abates.

O turismo será uma aposta decisiva do Governo, tendo em conta o seu potencial de crescimento e a sua capacidade de geração de novos postos de emprego e de rendimento. Deste modo, serão tomadas todas as medidas, visando potenciar o sector, nomeadamente no que diz respeito ao ordenamento do Território, infra-estrutura e formação de quadros. Com vista ao adequado ordenamento do sector será levado a cabo uma ampla reforma legislativa e a sua regulamentação. No que diz respeito ainda ao Turismo, será adoptada medidas com vista ao desenvolvimento de sinergias e complementaridade entre as ofertas nacionais e as ofertas dos países da sub-região. Com o propósito de melhorar a visibilidade internacional do País, o Governo criará uma agência de promoção da marca São Tomé e Príncipe.

Os domínios do Comércio e da Indústria reclamam igualmente reformas profundas. Ambos sectores carecem de mais organização, mais apoios, mas igualmente de mais profissionalismo, rigor, transparência e mais justiça. O Governo procederá por isso a revisão da legislação comercial em vigor e promoverá acções que visarão o abastecimento regular do mercado, trocas comerciais com os países da sub-região e uma maior disciplina no sector.

Quanto à Indústria, o Governo entende necessário tirar proveito, a partir das oportunidades que oferece a agricultura, incentivando o surgimento da indústria local de transformação dos produtos agrícolas e de pescas. É óbvio que o crescimento jamais verá a luz do dia em São Tomé e Príncipe, se recorrermos apenas ao limitar dos recursos públicos. Para tal, será necessário uma melhoria substancial do ambiente de negócio em São Tomé e Príncipe, estimular as poupanças locais e as iniciativas dos nossos compatriotas, para que todos em pé de igualdade possam beneficiar das oportunidades que vão surgindo, em primeiro lugar. Em segundo lugar, para que num ambiente de negócio são, seguro, isento de corrupção e outros vícios, os investidores estrangeiros possam ser atraídos em quantidade e qualidade suficientes para responder às nossas ambições em matéria de desenvolvimento, progresso, bem-estar, segurança e qualidade de vida.

Neste âmbito, a entrada recente em funcionamento do guiché único foi um enorme passo. Para além disso, o Governo entende criar uma agência de contratação pública que centralizará todos os concursos públicos destinados a aquisição de bens e serviços, de modo a introduzir maior coerência e evitar discrepâncias inexplicáveis de custos que se traduzem em desperdícios.

Excelências, o Governo entende que é chegado o momento para que se defina uma política de participação mínima de nacionais no capital das sociedades que operam com capital estrangeiro no País. Não só a Nação partilhará a riqueza aqui gerada, como igualmente esta participação constituirá uma excelente ocasião para transferência de atitudes, comportamentos, aprendizagem e aquisição de prática de gestão.

No domínio dos investimentos, quer público quer privado, a Região Autónoma do Príncipe e os Distritos de Caué e Lembá serão constituídos em zonas especiais de desenvolvimento, devendo gozar de um regime fiscal e aduaneiro especial e beneficiar de outras medidas com o mesmo alcance.

As infra-estruturas constituem hoje um dos pontos mais fracos da nossa economia ao mesmo tempo que escasseiam os recursos aparentemente abundantes como a água. Neste domínio, o projecto do porto de águas profundas, a expansão e modernização do Aeroporto Internacional de São Tomé e o Aeroporto do Príncipe, bem como a ligação do País ao cabo submarino constituem escolhas acertadas dos anteriores governos. Por conseguinte, o Governo estará bastante atento à sua implementação e lá onde se revelarem necessárias não deixará, em nome e na defesa do interesse público, de propor e de introduzir as adequadas melhorias.

As alterações climáticas globais vêm enfrentando sobremaneira o nosso país. Nos últimos 30 anos, os nossos rios perderam cerca de um terço do seu caudal e as chuvas já não são tão regulares, evoluindo o País paulatinamente para uma estação de seca cada vez mais prolongada. Face a uma tal constatação, o Governo realizará obras de engenharia com vista a retenção de água e a sua melhor captação para uso doméstico, industrial e agrícola. Simultaneamente será aumentada a rede de distribuição de água potável às populações e será feito um controlo mais efectivo das fontes de captação.

Ainda no domínio das infra-estruturas, merecerão atenção particular do Governo o sector das Telecomunicações, onde entende reassumir o seu papel de condutor da política do sector, clarificar a sua intervenção empresarial e assumir um posicionamento claro no que diz respeito à liberalização dessa actividade.

A rede viária será objecto de reabilitação e expansão, enquanto serão tomadas as medidas para garantir ligações regulares e seguras entre a Ilha de São Tomé e a Ilha do Príncipe, quer por via aérea quer marítima.

O sector da Saúde constitui um sector fundamental para o crescimento económico. Apenas homens saudáveis, com boa saúde, serão capazes de protagonizar um crescimento económico digno deste nome. De igual modo, o País só se converterá num destino verdadeiramente turístico e de negócio se as condições de saúde forem boas e estiverem suficientemente controladas. Tal como a saúde, a educação é um vector fundamental para o crescimento económico. Só pode haver crescimento económico lá onde

houver saber e conhecimento, para que estes concorram eficazmente para resolução dos problemas com que o País se confronta. Assim, o Governo adoptará medidas que garantem o acesso universal ao saber e ao conhecimento, isto é, o acesso de todos ao ensino básico e secundário. O Governo trabalhará no sentido de melhorar a qualidade do ensino/aprendizagem e fomentará novas oportunidades de formação aos mais diversos níveis. Atenção particular será consagrada às infra-estruturas escolares. Na Região Autónoma do Príncipe, será erguido um liceu, ao mesmo tempo que será melhorado equipamentos das escolas. Serão igualmente adoptadas medidas visando a valorização do trabalho e da profissão de docente em colaboração com os interessados.

Na vertente da organização e coesão nacional, o Governo aposta na elaboração e aprovação de um plano nacional de desenvolvimento, horizonte 2035, ambicioso, realista e consensual. Temos que criar um modelo são-tomense de desenvolvimento que deverá ser necessariamente inspirado num complexo histórico-geográfico e cultural próprio.

Para o reforço da coesão nacional, o Governo entende adoptar medidas que garantem uma maior justiça social. Por conseguinte, serão revistas as custas judiciais e todo mecanismo da sua gestão, para que elas cumpram efectivamente o designo que estiveram na base da sua instituição. As assimetrias regionais devem constituir uma preocupação nacional, assim o Governo considera oportuna a actualização do cadastro dos prédios rústicos e urbanos e elaborar um novo plano de ordenamento do Território.

O Governo entende ser oportuna e necessária a adopção de uma nova divisão político-administrativa assente em critérios objectivos e actuais.

Porque a informação é outro importante factor de coesão nacional e promoção de uma cidadania activa, o Governo entende estender a cobertura nacional dos meios de comunicação social estatais e melhorar substancialmente a qualidade da emissão da Rádio Nacional e da TVS, como das respectivas grelhas de programação.

A valorização sociocultural e desportiva poderá contribuir validamente para a coesão social e nacional. Assim, serão criadas as condições, incentivando a juventude para o gosto e a preservação do património histórico, artístico e cultural, bem como pela prática do desporto e da educação física. No que diz respeito a estas duas matérias, serão construídas e melhoradas infra-estruturas que facilitam a prática dessas actividades.

Ainda para o complemento desse anseio de coesão nacional, a aposta será feita na inclusão digital, na busca de excelência, na formação de recursos humanos, na comunicação social como factor de unidade, na promoção da cidadania e na criação de condições que garantem melhores oportunidades e condições de vida para a juventude.

Finalmente, na vertente da autoridade do Estado, o Governo assume o compromisso de fazer valer o primado da lei, proteger a integridade e a independência nacional e garantir a segurança de pessoas e bens.

Nessa perspectiva, o Governo confere uma atenção muito especial às Forças Armadas, às Forças de Ordem e Segurança Pública, à Justiça e ao seu próprio posicionamento externo.

A Polícia de Investigação Criminal será objecto de uma profunda reestruturação e dotada de meios legais, técnicos, humanos e materiais que permitem intensificar de forma organizada o combate às manifestações de criminalidade.

No que diz respeito à Polícia Nacional, parecem imprescindíveis a adopção de um novo diploma orgânico e outros instrumentos jurídicos, necessário ao devido enquadramento da sua acção. Para além disso, é necessário melhorar o seu grau de formação, equipamento, estender a sua presença permanente a todo o Território Nacional.

No que concerne às Forças Armadas, o Governo continuará as reformas, no sentido de melhorar a sua estrutura, organização e eficácia. Para além disso, será dotado uma lei de programação militar com vista a dotação de meios técnicos, materiais, humanos, e melhoria da sua capacidade táctico-operativa.

Porque o nosso compromisso foi celebrado com todos os são-tomenses e a nossa missão é solucionar os problemas que os afecta no seu quotidiano, o Governo não se furtará às suas responsabilidades e assumirá com determinação e coragem a tarefa de encontrar, num espírito permanente de concertação, as respostas às questões urgentes e essenciais para a vida dos são-tomenses, algumas de natureza estrutural com o desenvolvimento económico, social e cultural de São Tomé e Príncipe.

Ao referirmos aqui aos são-tomenses, incluímos necessariamente todas as comunidades são-tomenses espalhadas pelo mundo. Para elas o Governo adoptará um conjunto de medidas com objectivo de, em primeiro lugar, mantê-las devidamente informadas, para que saibam com verdade e em tempo oportuno o que se está aqui a fazer concretamente e todos os sacrifícios consentidos. Em segundo lugar, para que do melhor conhecimento da realidade possa encontrar a melhor forma de ajudar o País a crescer.

Por último, para as nossas comunidades expatriadas, serão adoptadas medidas visando um melhor acolhimento daqueles que decidem regressar ao País ou que pretendem preparar o seu regresso.

Minhas senhoras e meus senhores, Excelências, o Governo, seus Membros, seu Chefe, não são perfeitos, nem tão pouco detentores da verdade absoluta. Estamos conscientes de que não poderemos tudo fazer num lapso de 4 anos e que tudo não depende unicamente de nós, mas o que importa é garantir que tudo que iremos fazer inscreva-se no domínio do útil, do necessário, do inadiável, do correcto e do justo

para todos nós. Importa igualmente que não haja desperdício de recursos e de oportunidade. Importa, finalmente que não se exclua ninguém.

Essas são as prioridades das prioridades deste Governo e toda a nossa acção será conduzida no sentido de resolver esses problemas.

Não poderia concluir sem antes rogar a vossa indulgência no que respeita a repetição de alguns parágrafos, eventuais erros de ortografia ou ausência de uma referência específica a um facto, localidade ou sector. No contexto desta apresentação, tal não seria possível.

Com a colaboração de todos, apontadas e devidamente justificadas as referidas insuficiências, o Governo as incorporará no seu Programa e lhes dará o tratamento que merece.

Por isso e em último, gostaria de agradecer o Sr. Presidente e todos os membros desta augusta Assembleia, bem como todos aqueles que nos seguiram através da Rádio Nacional e da Televisão pela vossa paciência e atenção durante a apresentação que acabamos de fazer.

Viva a democracia, Viva o povo de São Tomé e Príncipe.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, agradeço as palavras de felicitação que me dirigiu como Presidente da Assembleia Nacional e reitero toda a minha disponibilidade em promover um relacionamento leal e profícuo com o Governo da República, tal como declarei no acto constitutivo da Assembleia Nacional.

Quero também saudar o seu elenco governamental e desejar-lhes grandes êxitos, bom trabalho e bom desempenho em prol de São Tomé e Príncipe.

Passaríamos para o período de pedido de esclarecimentos como vem no Boletim.

Há um tempo para cada grupo parlamentar e agradecemos que todos os Deputados que queiram manifestar neste período que o fizessem, para a Mesa proceder à listagem dos pedidos.

No início dos nossos trabalhos, dedicamos 65 minutos a pedidos de esclarecimento, antes de passarmos ao debate. Será que se pode concluir que a apresentação foi tão clara que não há necessidade de esclarecimento?

Sr.^{as} e Srs. Deputados, podemos considerar ultrapassado este período? Não havendo qualquer gesto de pedido de esclarecimento, podemos passar à outra fase, a fase de debate propriamente dito? Entremos na fase do debate, com a vossa anuência.

Também a Mesa abre inscrição às Sr.^{as} e Srs. Deputados que queiram usar da palavra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, apenas uma questão de procedimento.

Terminado o período de esclarecimentos não é automático passarmos ao debate, tendo em conta que o debate está agendado para o dia seguinte. A menos que submeta ao Plenário a proposta de alteração da ordem do dia. Neste caso, não havendo nenhum voto contra, podemos continuar. Mas quero deixar bem claro que o meu grupo parlamentar não vê qualquer inconveniência em continuarmos o nosso trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Líder Parlamentar do PCD. De facto o Plenário pode decidir. Não tendo havido a fase de pedidos de esclarecimento quanto ao discurso de apresentação do Programa, poder-se-ia suspender ou não a presente reunião, tendo em conta que está prevista a continuidade amanhã e inclusivamente até o sábado. O Plenário pode decidir se vamos continuar com o período de debate ou suspender para que os trabalhos prossigam amanhã. Está submetido o assunto ao Plenário, isto é, vamos continuar já os trabalhos de debate, uma vez que não houve pedidos de esclarecimento, ou prosseguiremos amanhã com início dos debates?

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, Líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MSLTP/PSD): — Sr. Presidente, nós do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD achamos que devíamos continuar mesmo com os debates na generalidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma, Líder do Grupo Parlamentar da ADI, para uma intervenção.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, é nossa sugestão também que continuemos os nossos trabalhos, tendo em conta que está previsto que os trabalhos se prolonguem até às 15 horas.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, tendo em conta esses pronunciamentos, vamos continuar com os nossos trabalhos. Aliás, no Boletim Informativo os trabalhos estão divididos em dois pontos: o primeiro que

é a declaração do Primeiro-Ministro e pedidos de esclarecimento, que consideramos já ultrapassado, e o segundo era já arrancar com os debates.

Portanto, está aberta a inscrição para os debates.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Penso que todos os Deputados receberam um exemplar do Programa. Pelo silêncio, pode-se concluir que consideraram-no tão bem elaborado ou tão evidente que o podemos considerar aprovado!

Risos e murmúrios.

Quero recordar aos Srs. Deputados que o debate termina com as intervenções de um Deputado de cada grupo parlamentar e no fim o Sr. Primeiro-Ministro terá a palavra para o encerrar.

Não tendo havido qualquer intervenção, podemos convidar um Deputado de cada Grupo Parlamentar para se pronunciar?

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Caros Deputados: Tomo a palavra nesta sessão para elogiar, antes de mais, o Programa apresentado da forma sucinta e clara como S. Ex.^a o Primeiro-Ministro o fez.

O Programa assenta-se principalmente em quatro eixos, que todos, obviamente, já lemos e conhecemos e esses quatro eixos concorrem todos para combater a pobreza, alcançar o desenvolvimento sustentado do País e o bem-estar económico, social e cultural do povo são-tomense. Facilmente depreendemos que esses quatro eixos interligam-se e estão envolvidos nesta finalidade que acabei de referir. Mais uma vez, digo que servem para esse desiderato que é do povo de São Tomé e Príncipe.

Gostaria de dizer também que sendo os programas intenções, o que ouvimos aqui são um conjunto de intenções. Como são-tomenses adultos que acompanhamos a vida política, sabemos que já houve, para além deste, 13 programas apresentados, também cheios de intenções.

Na sua intervenção, S. Ex.^a o Primeiro-Ministro disse, e bem, que há continuidade do programa anterior que por questões que dizem respeito, principalmente, ao desenvolvimento de São Tomé e Príncipe este Governo vai continuar e também disse que haverá algum distanciamento do programa anterior. É por isso que eu disse que são intenções.

Tenho aqui um trecho do Programa do XIII Governo Constitucional, que por acaso tinha também quatro eixos. Passo a citar o primeiro eixo: «Resgatar a confiança do cidadão nas instituições do Estado» e o nosso primeiro eixo, como todos sabemos, é a «credibilidade dos governantes». Portanto, não difere muito. Aquele programa tinha como segundo eixo: «Estancar a degradação económica e social», o nosso segundo eixo fala do «crescimento económico e o bem-estar». O seu terceiro eixo é «lançar as infra-estruturas», vemos que também não difere do nosso terceiro eixo. Só nos divergimos no quarto eixo do programa do anterior governo que se referia ao «desenvolvimento humano» e neste Programa se fala da «autoridade do Estado». No fundo o que conta então não são as apresentações, essas intenções, mas espero que daqui há 4 anos, quando terminar a Legislatura, possamos ficar todos satisfeitos porque estas intenções se materializaram. Isto é que é para mim o mais importante.

Quero dizer ainda, e agora ao Sr. Primeiro-Ministro, que a nossa missão é estar vigilantes com o poder executivo, com a governação.

Fiz o juramento e primarei por isso. Estarei atento e vigilante durante toda a governação e sempre que estará em causa os interesses nacionais e do povo de São Tomé e Príncipe vou levantar a voz e defender o meu povo, como jurei durante o empossamento.

Porque conheço o Sr. Primeiro-Ministro e o elenco governativo, estou em crer que tudo farão para cumprirem este Programa e estaremos para provar aquilo que acabo de dizer.

Sr. Primeiro-Ministro, gostaria também de pedir-lhe que actue com firmeza, sem arrogância; com determinação, sem prepotência; com diálogo, sem mudez, porque o povo de São Tomé e Príncipe está atento. Este povo mostrou nessas eleições que ouve, que vê e que fala. Por isso, nós, os Deputados, estaremos aqui a cumprir a nossa missão que é acima de tudo defender os interesses nacionais do povo de São Tomé e Príncipe, mas tenho a certeza de que o povo também acompanhará todos os nossos trabalhos, quer dos Deputados quer do poder executivo, no seu dia-a-dia.

Não poderia terminar esta intervenção sem fazer um apelo a todos os colegas Deputados: que cada um com a sua consciência desempenhe este papel de defesa do povo de São Tomé e Príncipe, independentemente dos grupos parlamentares a que cada um pertence, com muito diálogo e com muito debate político. Gostaria de apelar para que nos nossos trabalhos e no nosso dia-a-dia pudéssemos levar o debate político para mostrar ao povo que de facto houve uma mudança. Na minha opinião, como também muitos já disseram, a mudança não é só dos ministros, da cara dos governantes, mas é mudança de atitude, também dos Deputados no dia-a-dia, no seu comportamento.

Também aproveito para fazer um apelo ao povo de São Tomé e Príncipe, como representante deste mesmo povo. Quero dizer que a mudança não pode ser só para a classe dirigente, para os políticos. A mudança também, como já referiu S. Ex.^a o Primeiro-Ministro, estará em cada um de nós, o povo de São Tomé e Príncipe. Cada pessoa também terá que mudar na sua atitude, no seu dia-a-dia, no seu quotidiano. Por isso, para terminar, mais uma vez, gostaria de parabenizar S. Ex.^a o Primeiro-Ministro e todo o seu elenco, encorajar-vos nos vossos trabalhos, e a todos colegas Deputados um bom trabalho e que possamos de facto contribuir para o engrandecimento do nosso país e porque mesmo não da nossa Nação.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado o Sr. Deputado Levy, penso ter falado em nome do grupo parlamentar.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Vice-Presidente Maria das Neves, para uma intervenção.

A Sr.^a **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de saudar o Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, desejar-lhe plenos sucessos no exercício da sua função. Gostaria de saudar os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas.

Gostaria de fazer aqui uma nota, Sr. Presidente, manifestando a minha satisfação por ver aqui nesta Sala uma representação feminina bastante razoável. Para quem esteve cá nesta Casa Parlamentar num meio de 54 homens, é motivo de satisfação ver agora que esta cifra cresceu consideravelmente.

Gostaria de felicitar os partidos políticos que, embora com alguma pressão, tiveram em consideração este aspecto de incluir na lista as mulheres em posições elegíveis, o que permitiu que o figurino da nossa Assembleia pudesse mudar consideravelmente.

Aplausos gerais.

Sr. Primeiro-Ministro, ouvi atentamente a apresentação do seu Programa e pude também lê-lo. Vossa Excelência faz referência a aspectos extremamente importante, como é a questão da continuidade da acção governativa e também de algumas diferenças que deviam constar do seu Programa.

Falou-nos da estabilidade política, que suponho ser essencial para garantir a acção governativa, mas gostaria também de fazer referência à questão de estabilidade económica. É necessário que haja também a estabilidade económica para que possa haver desenvolvimento. Se faço esta referência é porque não vi, em parte nenhuma do seu Programa nem na sua intervenção, qualquer referência em relação ao acordo de cooperação económica que foi estabelecido com Portugal, que fixou o regime cambial de paridade fixa entre a dobra e o euro e que exige um acrescido rigor em matéria fiscal e orçamental, sem o qual o regime cambial compromete a sua sustentabilidade.

Não havendo sustentabilidade, não havendo estabilidade económica, também teremos algum problema com o desenvolvimento. A minha pergunta é para saber quais são as perspectivas deste Governo em relação a este acordo. Há compromissos, há engagements, portanto, a ideia é de continuar ou haverá alguma reflexão nesta matéria, tendo em conta, como eu dizia, que isto não aparece nem no Programa do Governo nem tão pouco na intervenção que fez em relação à apresentação do seu Programa?

Há conquistas que foram feitas no domínio de igualdade e equidade de género. Temos hoje o Instituto para Igualdade e Equidade de Género, temos a Estratégia Nacional de Igualdade e Equidade de Género e não vejo também contemplado neste Programa qualquer referência a esta matéria e reporto de extrema importância esta questão de igualdade e equidade de género. Gostaria de saber qual é a política do Governo em relação a esta matéria.

Falamos e não há dúvida de que hoje a questão da violência doméstica está a atingir, se calhar, um estatuto de cidadania. Embora tivéssemos já falado muito sobre a questão, embora se tivesse legislado sobre a matéria, continuamos a assistir a um índice de violência doméstica que vem aumentando consideravelmente neste país, com maior incidência na mulher.

Não vi também contemplado neste Programa qualquer referência ao Centro do Aconselhamento contra a Violência Doméstica, ao Centro de Abrigo e Acolhimento. Sabemos que tem havido vítimas de violência doméstica que necessitam de alguma protecção, a própria implementação da lei assim o exige. Porque não é feita qualquer referência neste sentido, a questão é saber que futuro terá o Centro de Aconselhamento contra a Violência Doméstica e que futuro terá esta matéria, que não podemos de maneira nenhuma descurar, porque ela existe, é um facto e temos que lidar com ela.

Outra questão, Sr. Primeiro-Ministro, é feita uma referência, isto se calhar seria mais na especialidade, mas porque estou a falar na generalidade queria fazer alusão a isso. É feita uma referência, na implementação do Programa, à luta contra o cancro de mama, contra o colo do útero, o que é de louvar, porque de facto são coisas que afectam as mulheres, mas não vejo também aqui o que diz respeito aos homens. Vimos uma associação dos homens falando também da questão da próstata que está a crescer bastante e que constitui também uma preocupação. Não há qualquer referência em relação a isto. Daí que

gostaria também de propor que esta questão também fosse reflectida, tendo em conta que não existem meios diagnósticos para o efeito.

O Sr. Primeiro-Ministro falou da segurança alimentar, falou dessa questão das mudanças climáticas que sabemos que vêm afectando o mundo. Hoje de facto o impacto das alterações climáticas tem sido sentido em quase todo os países do mundo. São Tomé e Príncipe não foge à regra, já estamos a sentir os efeitos disso, com uma Gravana muito prolongada, o que não era habitual. Os agricultores já o sentem, o mercado já está a sentir este impacto. A minha pergunta é como compatibilizar a questão da segurança alimentar, que é bastante importante, com esta questão desta seca prolongada.

Vejo no Programa que se fala da questão de irrigação. Também precisa-se de água para que se possa fazer esta irrigação e, num contexto de uma seca prolongada, que alternativa poderá existir para que se possa responder a este grande objectivo que nós todos reconhecemos que é a questão da segurança alimentar?

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, gostaria de chamar atenção que no debate do Programa do Governo não há generalidade nem especialidade.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Elsa Pinto, para uma intervenção.

A Sr.^a **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e o elenco que o acompanha, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje estamos num exercício bastante importante, posto que, depois do pleito eleitoral, está constituída a Assembleia e, mais do que isso, no exercício de legitimação do Governo, através da análise e aprovação do seu Programa, instrumento indispensável para o seu exercício e também para a condução de São Tomé e Príncipe.

Sr. Primeiro-Ministro, a Casa Parlamentar é o espaço por excelência para o debate e para o contraditório e é neste espaço e, usando um pouco as suas palavras, buscando os amplos consensos, que vimos cá para partilhar de forma aberta, franca e construtiva as nossas opiniões.

O Sr. Primeiro-Ministro na sua locução, que é também parte do preâmbulo deste Programa, apresentou-nos a sua visão para os próximos 4 anos. Gostaríamos, neste debate, que partilhasse connosco uma visão clara, ampla, profunda sobre as questões que preocupam São Tomé e Príncipe, a todos nós enquanto dirigentes e políticos deste país.

Algumas questões são tratadas, mas outras, como é óbvio num programa do governo não se esgotam todas as questões e é neste espaço que gostaria de partilhar, ou chamar a atenção de Vossa Excelência para algumas questões candentes. A primeira tem a ver com a problemática do emprego, como garantir a centenas de jovens o emprego e uma orientação profissional? Gostaríamos que partilhasse connosco a sua visão política clara sobre esta matéria.

Temos também a questão da problemática do primeiro emprego, e a associao à reforma dos idosos, aqueles que saem e aqueles que entram, buscando a devida articulação. Como se fará essa articulação? Sabemos que no nosso país o tecido empresarial é incipiente, descapitalizado e há a necessidade de o Governo e do Estado são-tomenses criarem mecanismos para incentivar o privado, pois que hoje, por mais que queiramos, o Estado não consegue ser o melhor e o maior empregador. É preciso, efectivamente, investir no privado. Daí que é preciso buscar formas de fazer crescer o sector empresarial e todo o tecido privado, mas não encontro de forma clara e explícita esta questão.

Sr. Primeiro-Ministro, há uma questão que é velha e que quase constitui o «*calcanhar de Aquiles*» de quase todos os governos, tem a ver com a reforma salarial. Tendo em conta os nossos compromissos internacionais, muitas das vezes os nossos discursos, as nossas mensagens eleitorais não coincidem com as nossas vontades enquanto governo e ficamos manietados e num país em que, praticamente, não há receitas, ou poucas. Então, Sr. Primeiro-Ministro, nesta matéria há um laivo, na página 26, alíneas *g*) e *h*), 51.1, mas gostaria que fôssemos para além de estudos, porque já há muitos estudos sobre esta matéria. As organizações sindicais e o Conselho de Concertação Social já elaboraram vários estudos sobre a questão da reforma salarial, que fôssemos para além de um mero estudo sobre a questão do ajuste salarial.

Sr. Primeiro-Ministro, percorrendo o seu Programa, há uma questão que ficou de fora, a problemática da habitação. A componente social é extremamente importante e a habitação é um elemento fundamental nesta componente social, sobretudo para aqueles que regressam ao país, ou aqueles jovens que constituem famílias. É necessário que, conjuntamente, encontremos uma solução paulatina para a questão do tecido habitacional. Portanto, nestes 4 anos, gostaríamos de ver qual é a política do Governo sobre esta matéria.

Sr. Primeiro-Ministro, hoje jovens, ou menos velhos e amanhã idosos, lamentavelmente, na componente social pouco se fala da terceira idade e, sobretudo, a assistência que é devida à terceira idade, àqueles que já trabalharam para o Estado e outros que também não trabalham, com acesso à saúde, à assistência médica, à protecção jurídica dos idosos, a questão do alargamento da rede, dos centros de dia e dos lares.

Deixando um pouco a componente social e embarcando na área institucional, sobretudo no âmbito da justiça, São Tomé e Príncipe assumiu dois grandes compromissos: a questão da CDC (Convenção dos Direitos da Criança) e a CEDAW (Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher). Sobre a CDC São Tomé e Príncipe terá em breve um embate, teremos que fazer a defesa

desse grande instrumento pela segunda vez e o Estado são-tomense terá que estar devidamente preparado para fazer a defesa destas questões. Do leque de questões que serão levantadas, a questão do tráfico e do trabalho infantil são questões que começam a preocupar-nos. Temos que tratar destas questões e era bom que na sua política, Sr. Primeiro-Ministro, fossem devidamente afluídas.

A minha colega Deputada Maria das Neves já falou sobre a questão da violência doméstica, mas o universo feminino/género não se resume apenas à violência doméstica. Temos a CEDAW, que é a Convenção sobre os Direitos das Mulheres, sobre a sua discriminação, e São Tomé e Príncipe será chamado também, muito brevemente, a fazer a defesa desse instrumento. Há necessidade de o Estado são-tomense preparar-se e não há, daquilo que vi sobre políticas externas, uma menção sobre esta questão que está sobre a mesa.

Sr. Primeiro-Ministro, a questão da violência doméstica hoje não é apenas um fenómeno, é um flagelo. Assistimos diariamente, em São Tomé e Príncipe, a situações profundas e graves de violência doméstica e é preciso fazer face a esse grande flagelo. Dezenas e centenas de famílias hoje vivem neste clima. Então há necessidade, primeiro, de buscar uma articulação entre as instituições legalmente instituídas, a Polícia, o Ministério Público, os Tribunais, a Solidariedade, a Assistência Social e as Câmaras Distritais, para fazerem face a esses problemas. Mais do que isso, hoje o avolumar dos casos é tão grande que não basta apenas ter o Centro de Violência, é preciso ter as unidades de apoio de uma forma descentralizada.

Sr. Primeiro-Ministro, São Tomé e Príncipe é um país pequeno e às vezes navegamos na onda de alguns fenómenos. Hoje é quase de praxe, nos discursos políticos, falar-se da corrupção, uma questão candente, fundamental que faz também parte das acções do seu Programa, mas mais do que sancionar os actos de corrupção, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é preciso cultivar, efectivamente, de uma vez por todas, uma cultura de integridade e podemos fazê-lo assumindo esse desafio hoje e aqui, cada um de nós. Se assumirmos essa cultura de integridade, teremos parte dos problemas resolvidos. Lamentavelmente, a corrupção não atinge apenas a classe política, a classe dirigente. Hoje é um problema grande e profundo no nosso país. Se alguém distribui uma seringa e ela é separada para outros fins, para venda ou exercício de uma outra profissão paralela, isto é grave! Acontece todos os dias no nosso país! Há casos visíveis e invisíveis, permanentemente, que tentacularmente o Estado, às vezes, nem consegue resolver, para trabalharmos numa cultura de integridade.

Sr. Primeiro-Ministro, há questões que são nacionais e duas delas gostaria de partilhar a minha profunda preocupação. Tem a ver com a questão da nacionalidade. Não vi no seu Programa nada que faça alusão a esta questão, o controlo da nacionalidade e os critérios que devem ser fixados para atribuição da nacionalidade são-tomense. Somos apenas 150, 200 mil, mas é preciso ter em conta que em quase todos os países hoje a nacionalidade não se faz com o critério do solo, mas sim por critério sanguíneo. Continuamos a dar o direito a nacionalidade a pessoas que cá nascem ou depois de um certo tempo de residência. É preciso uma política clara, partilhada e consensual sobre esta matéria.

A mesma coisa quando se fala da questão da emigração e dos estrangeiros. Não vejo no seu Programa nada que nos possa dizer claramente qual é a política do Governo sobre a questão da emigração e o tratamento que se deve dar aos estrangeiros.

Sr. Primeiro-Ministro, percorri o seu Programa e sobretudo numa componente que para mim é querida e recente, que é a que tem a ver com a defesa. Possivelmente de forma deliberada, não vi de forma sistematizada as grandes questões que têm a ver com a Defesa Nacional. Vi efectivamente um esforço na questão da segurança pública, no investimento nas polícias, mas hoje a questão da defesa e o papel das Forças Armadas devem constituir um debate público nacional e também nesta Assembleia e cabe ao Governo trazer-nos as suas linhas de força sobre esta questão. É um sector em plena reforma e devemos reflectir, conjuntamente, sobre esta matéria, mas mais do que isto, Sr. Primeiro-Ministro, há questões que estão sobre a mesa que a todos preocupam: os interesses e a salvaguarda dos interesses vitais do mar, na componente defesa; questões ligadas às delimitações das fronteiras marítimas, na componente defesa; parcerias estratégicas militares, na prossecução dos objectivos ligados à prevenção e à gestão dos conflitos. Deveremos, franca e abertamente, discutir de forma exaustiva estas questões de política de defesa. Participarei e darei sempre o meu contributo sobre este Programa, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, mas gostaria de dizer que todo o nosso esforço deverá ser reconhecido na mesma proporção do nosso subsídio. Estamos cá para viabilizar o Programa do Governo, responsabilmente o faremos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Menezes, para uma intervenção.

O Sr. **Hélder Menezes** (MDFM/PL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados: Venho cá para manifestar a minha opinião quanto ao Programa do Governo, que V. Ex.^a acabou de apresentar, para dizer que, como disse e muito bem a Sr.^a Deputada Maria das Neves, passaram por cá vários programas, este é mais um.

Espero que não seja mais um Programa e sim depois de passados 4 anos possamos fazer um balanço positivo desse Programa. Que as acções aqui plasmadas tenham uma percentagem elevada no seu cumprimento.

O que me preocupa, entre outras questões, tem a ver com a situação que enfrentamos agora, que tem a ver com a agricultura. Podemos ter um programa muito lindo, cheio de teorias, cheio de palavreados, mas se o País e os são-tomenses não produzirem, nós estaremos condenados. Acho que temos que pôr a produção à frente de tudo e a produção é só com o trabalho. Acho que no seu Programa deverá ser, entre outras prioridades das prioridades, o trabalho. Para isso, somos um país essencialmente agrícola, não resta dúvidas para ninguém, temos que priorizar a agricultura. A agricultura está a cair, está em queda livre. Podemos ver muito facilmente, mesmo antes da seca, a produção do cacau e do café, que são produtos que geram divisa estão a cair a cada dia que passa. Perguntaria qual é a política concreta para esses produtos de exportação fundamentalmente. Li o Programa, fala um bocado de produtos de exportação, mas precisamos falar de coisas concretas para que possamos realmente desenvolver a nossa economia.

Assistimos agora a questão da seca. O governo cessante pouco ou nada fez e estamos agora na presença do seu Governo. Não teve ainda tempo suficiente, mas eu gostaria que houvesse um plano de emergência para minimizar a situação em que nos encontramos agora com a seca. Portanto, notamos que não se toma nenhuma medida, não se faz nada. Os agricultores estão a perder a sua produção, automaticamente a questão da segurança alimentar está comprometida a vários níveis. Para quem circula pelo País, há um problema sério, muitas plantas não estão a resistir, mesmo aquelas de grande porte. E eventualmente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados, vamos imaginar que dentro de mais um ou dois meses não chova em São Tomé e Príncipe, temos que buscar formas de minimizar esta situação.

Os recursos hídricos são escassos, sim senhor, mas alguma coisa se pode fazer. Para aqueles que já tiveram a oportunidade de visitar outras paragens do mundo, cria-se condições para estacar água. Grandes reservatórios de água são uma das formas de minimizar a situação da seca.

Outra questão que trago cá é que se fala muito da autoridade do Estado, estou de acordo, mas não podemos esquecer-nos que a autoridade do Estado não se deve circunscrever só à cidade ou aos centros urbanos. Se formos ver o interior do País, há problemas sérios. Portanto, também sou de opinião que se busque mecanismos para que a autoridade do Estado vá a todos outros pontos do País. Por exemplo, se formos ver agora, se houver um conflito em Porto Alegre, não há lá um delegado da Justiça, não há nenhuma autoridade. Quem diz Porto Alegre diz Monte Café, Agostinho Neto, Santa Catarina ou outros pontos do País. Portanto, acho que o seu Programa devia contemplar algo que falasse sobre a autoridade do Estado de forma descentralizada...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é só para o avisar que tem 5 minutos, ou melhor, hoje tem 10 minutos.

Risos gerais.

Obrigado Sr. Presidente.

É um aspecto que acho que devia também plasmar no seu Programa, que é autoridade de Estado de uma forma descentralizada e eu iria mais longe, criação mesmo de delegações a nível dessas zonas, alguém que responda pelo Estado nessas regiões. Antigamente existiam nas empresas agrícolas, mas foram desmanteladas e as pessoas estão entregues à sua sorte. Portanto, acho que é um aspecto importante.

Quanto à questão do emprego, deve-se criar incentivos para a criação do auto-emprego. O Estado por si só não conseguirá abarcar o grande exército de jovens desocupados neste país. Acho que com a abertura externa, portanto, fazendo com que os investidores possam vir, empresas estrangeiras e criar-se incentivos para que haja o auto-emprego, para minimizar a situação de milhares de jovens que se encontram desempregados no País.

Outra questão que eu queria abordar é sobre as energias renováveis. Fala-se muito de energias renováveis a nível mundial e penso que São Tomé e Príncipe não devia ficar de fora. Devia, sim, criar projectos e micro projectos para energias renováveis. Não tive a oportunidade de ler totalmente o Programa, só o recebi ontem, mas a energia renovável seria boa, porque jamais vamos desenvolver São Tomé e Príncipe se não apostarmos na energia. Temos que resolver obrigatoriamente o problema da energia, porque sem energia não vamos marcar nenhum passo e a energia renovável seria uma alternativa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança, para uma intervenção.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Deputados: Antes de mais, quero saudar o Sr. Presidente da Assembleia Nacional pela sua eleição ao cargo tão importante na vida nacional e também saudar a nova Assembleia, os novos Deputados, os antigos Deputados, e dizer que a Nação espera muito de nós, em relação aos trabalhos que temos que desempenhar aqui na Casa Parlamentar.

Saúdo também o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, bem como os membros do Governo, e tenho a dizer-lhes que estamos todos no mesmo barco das responsabilidades e dos desejos, como patriotas, para resolver os problemas do nosso país e do nosso povo.

Sr. Primeiro-Ministro, ouvi o seu discurso e quero dizer que apoio todo este dinamismo e toda esta vontade de fazer que vem expresso no discurso e também no Programa do seu Governo.

Em relação ao Programa, é certo que há várias formas de fazer Programas do Governo, já que assistimos durante 20 anos passarem por aqui diversos programas. Não quero referir-me, digamos, à natureza um tanto quanto lacónica e ambígua como o Programa foi confeccionado, mas queria levantar alguns problemas, referindo alguns aspectos que não foram nele assinalados.

Sr. Primeiro-Ministro, em São Tomé e Príncipe, no ponto de vista económico, temos um trinómio muito complexo constituído por inflação, défice público e pobreza. Queria saber, com este Programa, como é que o Sr. Primeiro-Ministro antevê a abordagem desse trinómio tão complexo, da resolução do qual depende muito a melhoria das condições de vida do nosso povo.

Eu não poderia deixar de falar da Educação, enquanto ex-quadro do sector, mas queria felicitar este Governo pelo sentido de inovação tecnológica e modernização constantes do Programa. Queria chamar a atenção do Governo para a necessidade de nos preocuparmos simultaneamente com os aspectos mais tradicionais dos quais dependem os resultados no processo de ensino/aprendizagem. Estamos perante um quadro educativo em que as escolas, pelo seu papel enquanto pilar de base da educação, merecem muita atenção do Governo. As carências são muito significativas. Estamos a falar da modernização, da utilização dos grandes meios de comunicação actual em escolas onde os alunos defecam no quintal por falta de água. São situações muito gravosas. Queria chamar a atenção do Sr. Primeiro-Ministro e do Ministro da Educação. É bom que possamos nos embandeirar na modernidade, isso é fantástico, mas temos que procurar resolver os problemas que estão muito na base tradicional, são problemas que teriam que ser já resolvidos e que teremos que encontrar uma solução para os mesmos. Atenção ao conceber as escolas, a melhoria das suas condições para a comunidade escolar, os professores e alunos, tudo isso deve merecer a nossa atenção.

Falou-se aqui do emprego. Estamos também preocupados com o nível do desemprego em São Tomé e Príncipe. No programa que apresentámos, tínhamos pensado que era muito urgente a elaboração, aprovação e implementação de um plano nacional de emprego e formação profissional. Temos que encontrar os consensos necessários à elaboração, aprovação e aplicação deste plano que pode fazer visualizar aos jovens e aos desempregados uma réstia de esperança para a sua situação. Outra coisa que podíamos fazer neste aspecto é a concessão de incentivos às entidades empregadoras. É uma questão que teremos que ver, sabemos que os recursos não são muitos dilatados, mas há que estimular os empresários e as entidades empregadoras para o emprego e tudo que pudermos fazer em matéria de incentivo seria um valor acrescentado para a solução do problema do desemprego.

Sr. Primeiro-Ministro, tenho aqui algumas notas avulsas. Falou-se da defesa da forma como se falou, de forma muito superficial, e creio que a Sr.^a Deputada, ex-ministra da Defesa, defendeu a sua dama e fê-lo muito bem, na medida em que era necessário abordar com mais eficácia e com mais profundidade o problema do sector da Defesa, mas tenho aqui umas notas sobre o sector das Forças de Segurança. No Programa nota-se a ausência de algo muito importante que é a introdução de critérios de avaliação de mérito na gestão das Forças de Segurança. Temos que distinguir, motivar, temos que avançar para critérios de avaliação de mérito, por um lado, e, por outro lado, temos também que compensar as situações de risco. Felizmente São Tomé e Príncipe não entrou ainda neste ciclo de violência que grassa pelo mundo, mas temos que prevenir e na prevenção que fizemos temos que avaliar e prever a compensação pelas situações de risco das pessoas envolvidas na Força de Segurança.

Em relação à segurança, falamos da autoridade de Estado e estamos todos de acordo com a autoridade de Estado, mas esta autoridade não pode colidir com os direitos dos cidadãos e nos programas de governo é sempre bom que isso fique claro. Defendemos a autoridade de Estado e reconhecemos que estamos em défice em relação a isso, mas é necessário não perdemos de vista que os cidadãos têm direitos que são inalienáveis e por isso mesmo teremos que saber equilibrar e articular uma coisa com a outra.

Em relação à saúde, o Programa não transmite a visão que o Governo tem do sector no seu todo, do ponto de vista dos factores determinantes da saúde, mas não me vou dedicar a isso.

Tenho aqui duas notas que estão em falta no Programa do Governo. Por um lado, temos que reforçar a operacionalidade dos serviços distritais e regionais da saúde e não existe qualquer alusão a esses serviços, na medida em que eles são muito importantes por estarem muito próximos da população e sabemos a carência que a população tem desses serviços.

Por outro lado, há uma medida que é aguardada pelos profissionais que é a implementação da carreira profissional dos enfermeiros, médicos, pessoal da saúde. Todos cremos que seria vantajoso que essa medida constasse do Programa do Governo.

Em relação ao sector da Justiça, queria levantar aqui uma questão. Vimos neste Programa a ausência de um sector de inspecção e avaliação dos magistrados junto do Conselho Superior Judiciário.

Quanto à questão de avaliação, não queria falar do sector em si, mas queria abordar apenas um aspecto, porque não podemos estar com um sector da Justiça em que a avaliação se faz apenas quando

vêm magistrados de fora para avaliar os nossos juizes e o pessoal da Justiça. Creemos que é urgente a criação de um sector de inspecção e avaliação dos magistrados junto ao Conselho Superior Judiciário, algo que é, quanto a nós, premente e por isso alertamos o Governo para esse efeito.

Sr. Primeiro-Ministro, estes são os contributos que damos ao seu Programa. Esperamos que o Governo, com o apoio da Assembleia Nacional, consiga levar este barco que é São Tomé e Príncipe a bom porto, porque se o fizermos todos teremos cumprido o papel que o povo espera de nós.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais intervenções, passo a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, para responder às questões.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, quero agradecer todas as intervenções das Sr.^{as} e Srs. Deputados e dizer que muitas delas, felizmente, são consensuais e a nossa expectativa também é que possamos debater todas elas profundamente, para encontrarmos as vias e meios de as resolver em benefício do povo são-tomense. Muitas dessas questões inscrevem-se na continuidade, como dissemos e se o Governo não fez referência a algumas delas do ponto de vista específico, depois de algumas chamadas de atenção e pedidos de esclarecimentos, queremos precisar que no que diz respeito ao acordo com a zona euro, ele se inscreve na continuidade, tem tido resultados positivos e para consolidar é evidente que a nossa opção de maior rigor nas finanças públicas só poderá reforçar o acordo.

Quanto à violência doméstica, fazemos uma referência à problemática do género, mas é verdade, e foi também dito aqui na intervenção da Sr.^a Deputada Elsa Pinto, que há várias questões que estão interligadas com a violência doméstica.

Foi também feito referência, pelo Sr. Deputado Hélder Menezes, à questão da polícia de proximidade, do alcoolismo, da educação, da aplicação do código de boa conduta e da própria comunicação social que tem que jogar o seu papel.

Hoje, de facto, a violência doméstica tem que ser vista, cercada e combatida através de um conjunto de medidas que ultrapassam o reforço das instituições existentes e que lidam directamente com essa matéria.

Quanto à segurança alimentar, é verdade que estamos num período muito crítico de seca no nosso país. Estamos convencidos de que devemos olhar para esta questão a dois níveis, um a curto prazo, que é prevenirmos, e estamos atentos à questão do abastecimento do mercado, e fazemos referência a isso no Programa, nomeadamente com géneros de primeira necessidade, de substituição àqueles géneros que estarão afectados pela seca prolongada. Esta questão vem referenciada no Programa.

Outra questão mais profunda que vem referenciada no Programa é quando falamos de obras de engenharia ligadas à retenção de água, isto é, estamos a falar de barragens, grandes reservatórios que deverão ser opções que irão aparecer no próximo documento que viremos cá apresentar e que vão exigir também sacrifícios e decisões importantes e corajosas ao nível orçamental. É evidente que pensamos também que essa questão da água, das barragens e dos grandes reservatórios também poderão ajudar na distribuição de água doméstica, porque para além da seca sabemos que hoje, devido ao crescimento populacional e o envelhecimento da rede de distribuição de água, maioria da população, sobretudo residentes em Água Grande, Mé-Zóchi, Lobata e Lembá, sem falar da Região Autónoma do Príncipe, que hoje está numa situação em que todos os rios estão secos e que nem tem meios para com cisternas buscar água e distribuir à população e que sabemos também que é um problema grave, mas que também há uma necessidade de solução corajosa do ponto de vista estrutural de darmos atenção a essa questão de reservas de água, quer para irrigação, quer para o abastecimento das casas e quer também para a produção da energia. Nesse capítulo, existe um estudo que vai ser finalizado com a ajuda do Banco Mundial e assim pensamos que todas as opções são boas e necessárias.

A opção térmica teve alguma evolução positiva, nomeadamente com a Central de Santo Amaro, mas devido à questão da irrigação teremos a possibilidade de atender à questão das hídricas e evidentemente a energia solar que é uma terceira opção e as três combinadas é que poderão ser a solução global para a resolução dos problemas no nosso país.

Quanto à problemática do emprego, realmente houve várias intervenções, porque se trata de uma grande preocupação, como fizeram referência os Deputados Albertino Bragança e Elsa Pinto. Pensamos que isto é de facto uma questão consensual que tem a ver com o crescimento económico, com a formação, etc.

Falamos e demos atenção aos sectores da Agricultura e do Turismo e pensamos que o turismo hoje constitui uma boa opção a nível de emprego. Temos algumas instalações já no País e o que falta é a comercialização do produto rústico são-tomense e a formação dos jovens para o sector.

Damos muita atenção, neste Programa, à formação profissional, associando o micro crédito não só na agricultura, mas também ao primeiro emprego. Retivemos também aqui algumas pistas como incentivos a entidades patronais, que pensamos muito importante explorar.

Um outro aspecto também é sobre a problemática do emprego e pensamos que está ligado fundamentalmente ao investimento directo estrangeiro no nosso país, o que implica a melhoria do clima de negócios, que é o que dizemos no nosso Programa; implica a melhoria da situação macroeconómica e

menos burocracia, falamos hoje do lançamento de guinche único, e implica também a capitalização, como foi referido aqui, em relação aos nacionais.

Uma das medidas que está no nosso Programa é obrigarmos os investimentos estrangeiros, no nosso país, a terem participação nacional. Pensamos que sobretudo quando as empresas estrangeiras vêm cá, na base de um crédito que temos que pagar um dia, para fazerem obras, no mínimo, têm que ter sócios nacionais, para enriquecerem também a comunidade nacional.

A questão da reforma salarial é profunda e vai merecer de nós alguma coragem. Existe a ansiedade de implementarmos uma série de acordos, nomeadamente na educação e na saúde, mas como foi dito aqui, há o problema do dinheiro que é sempre escasso, mas há um problema de justiça e temos que chegar a uma conclusão. Não podemos, por uma razão de credibilidade, chegar a um acordo, fazer novos estatutos, tomar decisões e depois dizer que não há dinheiro e nunca mais implementá-lo; não podemos também falar dos riscos das forças de segurança se cortamos o dinheiro que eles vinham tendo para o risco. Por conseguinte, desse diálogo franco, aberto e responsável é que devemos chegar a uma solução que, por um lado, não cria mais injustiça em relação aos trabalhadores e, por outro lado, deixa toda gente aperceber qual é o esforço exigido de uma e de outra parte para podermos avançar, melhorando fundamentalmente as condições de uns e de outros. Pensamos que para isso é necessário continuarmos com o diálogo e a concertação social.

No que diz respeito ao salário mínimo, fizemos uma referência ao estudo e não é para fazer mais estudos, mas pensamos que uma das vias é começarmos a implementar o salário mínimo sector por sector, de modo a podermos aqui avançar. Pelo menos em função de estudos, estamos numa fase quase final, mas precisamos ainda, infelizmente, de mais algum estudo.

Em relação à habitação, é verdade que temos um problema que é muito mais largo. Falamos de habitação, de posse da terra, da descentralização e é por isso que no nosso Programa estamos a dizer que pretendemos criar zonas especiais de desenvolvimento: a Região Autónoma do Príncipe, Lembá e Caué, para também desconcentrar e ter uma política de urbanização e de ocupação do Território Nacional e de ordenamento diferente. Evidentemente será um debate e estou convencido de que com o Governo e a Assembleia Nacional poderemos fazer alguns avanços. É verdade que num país com 100 mil hectares e cerca de 200 mil habitantes o problema, quer da posse de terra quer do estilo de construção – e defendemos hoje uma construção vertical e não horizontal – é um problema nacional que temos que resolver da melhor forma.

O nosso problema quanto à habitação vai até os materiais de construção e é por isso que no que diz respeito à preservação do meio ambiente levantamos a questão das florestas e da utilização da madeira e uma das pistas para o Governo é olharmos para a importação da madeira e de estímulo a alguns materiais de construção que não penalizam ainda mais o meio ambiente em São Tomé e Príncipe.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, há alguns aspectos ligados ao sector da Justiça e pedimos a vossa indulgência, de modo geral, porque os tratados e acordos internacionais obedecem à continuidade de Estado, nós não fizemos referência a todos os mecanismos, mas dissemos que assumimos, continuaremos e trabalharemos no sentido de cumprir com as nossas obrigações internacionais.

No que diz respeito à questão de inspecção, dissemos que quando estamos a falar da luta contra a corrupção toda gente tem que estar envolvido. Não sei se eu disse na outra intervenção, mas o Governo acredita que a corrupção não está focalizada na classe política unicamente, é um fenómeno muito mais largo. O que estamos a dizer e dissemos no nosso Programa é que é preciso sensibilizar as pessoas para a questão da corrupção. Num país em que há muitas dificuldades, muita miséria, estamos convencidos de que se as pessoas não estiverem sensibilizadas sobre as formas de reverterem essa corrupção, pode ser também que de boa fé caiam. Então é preciso fazer um trabalho realmente sobre a questão da corrupção, não só politizá-la de uma maneira demagógica, apontando os deputados ou ministros, mas abrir um debate e encontrar mecanismos que de facto façam com que essa cultura que foi aqui citada, cultura de integridade, seja uma realidade no nosso país. Concordamos também que a autoridade de Estado não pode ir contra os direitos das pessoas. O que é verdade é que no que diz respeito à justiça que é um dos factores fundamentais, no que diz respeito a inspecção, tem a ver com um órgão da soberania. Apelamos, no nosso Programa, para colaboração de todos os órgãos da soberania, fundamentalmente os Tribunais, para que essa questão do fim da impunidade e da luta contra a corrupção seja coroada de êxito.

Gostaria de dizer mais uma coisa no que diz respeito a essa questão da luta contra a pobreza. Nós pensamos que há problemas estruturais. O documento que foi trabalhado por várias entidades do nosso país, que é a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, dissemos que o adoptamos como ponto de referência e o que estamos a dizer é que temos que controlar algumas variáveis e a questão de controlar a despesa pública é um aspecto importante.

A questão de melhorar o abastecimento do mercado é um outro aspecto importante e pensamos que para melhor decidirmos em termos de investimento a realizar e virar o investimento sempre para aquilo que está mais ligado à produção é um outro aspecto importante.

Falamos também das relações com os países da sub-região por causa da problemática dos transportes e da exportação de alguns produtos agrícolas que ainda podem ser competitivos ao nível da sub-região.

São vários aspectos que concorrem para mitigarmos esse tripé da inflação, défice público e pobreza.

Quanto à questão da defesa, no que diz respeito às Forças Armadas, a VIII Legislatura melhorou a Lei 2/94 e pensamos que essa Legislatura teve a oportunidade de fazer um grande trabalho no sentido de modificar e de actualizar uma série de questões. Por conseguinte, o que se passa agora é a implementação e isto está no nosso Programa e estamos ainda no quadro de continuidade. Agora há um outro problema. Se o conceito de defesa está feito é preciso agora financiar essas novas Forças Armadas que pretendemos ter, nomeadamente, hoje com o Exército de um lado e Guarda Costeira do outro. O que estamos a propor é uma lei de programação militar. Se há consenso sobre aquilo que devem ser as Forças Armadas, terá que haver um consenso plurianual para acabarmos por equipar essas forças armadas. Que demore uma ou duas legislaturas, mas temos que ter os consensos e começarmos, ao nível orçamental, a prever todos os investimentos durante vários anos, para chegarmos ao modelo de forças armadas que pretendemos. Pouco mais poderíamos fazer, dar uma atenção, provavelmente, a nível do Estatuto para que, como disse o Sr. Deputado Albertino Bragança, as Forças se sintam valorizadas. Isso passa pelo salário, algumas regalias e passa também pela formação. Temos no Programa a criação de uma escola de polícia, a valorização, a formação e os planos de carreira.

A agricultura continua a ser uma prioridade. Talvez um aspecto inovador, nem sei se o é, desculpem-me se me enganei, mas fazemos referência à desconcentração e descentralização dos serviços do Ministério da Agricultura. Pensamos que houve uma iniciativa nos governos anteriores ligada à segurança alimentar, mas o que constatamos muitas vezes é que os técnicos não estão próximos das comunidades que produzem. Então, a orientação deste Governo é procurar pôr os técnicos mais próximos e que, fazendo a junção com a questão que foi levantada do poder local que haja uma articulação entre as direcções regionais da Agricultura que estamos a pensar com as Câmaras e outros serviços como a Polícia, etc. Como exemplo, pensamos que a experiência do GIME foi boa, mas se amanhã, para além das estradas, pudermos ter um GIME na irrigação e na reparação de algumas condutas de água, a comunidade ficaria a ganhar. Isto tem a ver com a descentralização, a transferência de alguns meios para o poder local e a desconcentração de alguns serviços, a estratégia de governar mais próximo das pessoas, as lojas do cidadão, etc.

Com relação aos centros de saúde distritais, estamos de acordo. Hoje o Banco de Urgência tem uma afluência muito forte a partir das 14 horas, sobretudo porque alguns centros fecham a certa hora, enquanto em alguns distritos funcionam 24 sobre 24 horas. Por isso é uma questão que tem a ver com a boa governação. Olhando também para as questões específicas de cada centro, aumentando as horas de atendimento ao público dos centros de saúde ao nível distrital, iremos descongestionar um pouco o Banco de Urgências.

Não houve uma referência específica ao nível da protecção civil, mas falamos também dos Bombeiros. Muito honestamente, o Governo também está preocupado em termos de, pelo menos, equipar três regiões, porque não podemos equipar todos os distritos, mas pelo menos Lobata e Lembá com uma unidade, Mé-Zóchi com outra, Cantagalo e Caué com outra e, evidentemente, a Região Autónoma do Príncipe.

Quanto à carreira profissional na Saúde falamos. Peço desculpas se me esqueci de algumas coisas.

A questão da nacionalidade e da emigração. Existe uma lei, não sabemos se ela está a ser devidamente aplicada, mas o que pensamos que devemos fazer, com a ajuda, a iniciativa e o controlo da Assembleia Nacional, é adaptarmos tudo que já não corresponde à nossa realidade, quer a nível da emigração, quer ao nível da nacionalidade, em que houve evoluções, quer a nível do comércio. Os códigos e todo o nosso arsenal jurídico já não correspondem à evolução. É o trabalho que muitas vezes é da competência exclusiva da Assembleia, mas também podemos contribuir e iremos fazê-lo.

Volto a agradecer as contribuições, os alertas e as críticas construtivas que foram aqui tecidas pelas Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Aplausos do ADI e de alguns Deputados do MLSTP/PSD e PCD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, dado o adiantar da hora, gostaria de solicitar ao Plenário se podemos continuar ainda ou suspender os trabalhos e continuar amanhã às 9 horas.

Vozes: — Sim, sim.

O Sr. **Presidente**: — Sendo assim, declaro encerrada a sessão.

Eram 14 horas.